

# PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

A/C PRES. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIVINO – MG

SR. MARCUS VINICIUS GUEDES VALENTE

AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE DIVINO – MG

SR. MAURI VENTURA DO CARMO

Exmo. Sr. Prefeito

A empresa PORTES & TRANIN LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.273.742/0001-93, com sede administrativa à Rua Coronel Fulgino, no nº 18, no Bairro Triângulo, na cidade de Carangola/MG, CEP: 36.800-000, vem por meio deste, respeitosamente, através de seu sócio proprietário, Sr. Lucas Portes Barbosa, portador da cédula de identidade RG nº MG-8.304.364 e inscrito no CPF sob o nº 063.455.516-27, **INTERPOR RECURSO** contra a habilitação das licitantes: **PCK CONSTRUTORA LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.952.501/0001-73, e **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.454.801/0001-60; no Processo Licitatório nº 082/2022, Tomada de Preços nº 005/2022, cujo objeto é a contratação de serviço de limpeza pública urbana no Município de Divino, conforme especificações e quantitativos constantes do Projeto Básico (Anexo I) e demais anexos.

## I- DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM AS LICITAÇÕES:

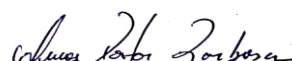
Antes de mais nada, é forçoso destacar os princípios básicos que regem as licitações públicas, conforme disciplinados no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Vejamos:

*"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos."* (grifo nosso).

Tem-se que o princípio da legalidade, objetiva firmar o entendimento de que o Estado é submetido à lei. Somente pode fazer o que ela autoriza ou obriga.

Com precisão, Hely Lopes Meireles (2004, página 87) conceitua o princípio da legalidade em sua concepção administrativa nos seguintes termos:

*"a legalidade, como princípio de administração significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e as exigências do bem comum,*



*e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso."*

Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cumpre trazer a lição do ilustre Celso Antônio Bandeira de Mello:

*"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666/93." (in Curso de Direito Administrativo, 11ª Edição, Malheiros Editores, 1999, página 379).*

Por sua vez, o princípio do julgamento objetivo busca afastar o discricionarismo no julgamento das licitações, assim, fazendo com que os julgadores atendam ao critério fixado pela Administração, desta forma seguindo os critérios estabelecidos conforme definidos no edital.

Sobre esse tema, cabe colacionar o ensinamento de Joel de Menezes Niebuhr em seu livro "Licitação Pública e Contrato Administrativo" de 2015:

*" Sem embargo, o julgamento objetivo agrega-se ao instrumento convocatório, pois os critérios do julgamento nele estão previstos. Nesse desígnio, o julgamento objetivo é aquele que se dá na estrita conformidade dos parâmetros prefixados no edital. Para tanto, o instrumento convocatório não pode prestigiar critérios subjetivos. Destarte, são vedadas disposições que permitam ao órgão administrativo levar em conta distinções pessoais que provenham de seus agentes. O princípio do julgamento objetivo está adstrito também ao princípio da impessoalidade, uma vez que a licitação se conforma ao interesse público. Dessa forma, também o é à isonomia, que, em dilatado aspecto, proíbe distinções relativas à esfera pessoal de quem quer que seja. Nesse sentido, Carlos Ari Sundfeld preleciona que "o julgamento objetivo obrigando a que a decisão seja feita a partir de pautas firmes e concretas, é princípio voltado à interdição do subjetivismo e do personalismo, que põem a perder o caráter igualitário do certame". Na realidade, tanto o princípio do julgamento objetivo, quanto o princípio da vinculação ao instrumento convocatório se completam e ambos se encontram no princípio da isonomia, visto que constituem garantias formais dos particulares em relação à Administração Pública, fazendo com que o certame do início ao fim se deite sob os critérios claros e impessoais".*

Por breve, são essas as considerações acerca dos princípios constitucionais, que regem as licitações públicas, e, que, os quais, devem ser respeitados.

## **II – DO DIREITO AO RECURSO**



Tem-se que a Lei Federal nº 8.666/93, trata de forma expressa os atos da administração passíveis de interposição recursal, conforme excerto a seguir:

*"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:*

***a) habilitação ou inabilitação do licitante;" (grifo nosso)***

Bem. Em conformidade com a legislação vigente, e que também a administração municipal, através do subscritor do instrumento convocatório estabeleceu no título "XVI – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS", faz-se cabível a presente interposição recursal.

### **III – DA TEMPESTIVIDADE**

Trata-se, pois, de interposição de recurso tempestivo, haja vista o disciplinado no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 que estabelece o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Ressalta-se que, a intimação dos licitantes fora realizada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações através da Ata de Julgamento de Licitação, datada em 30/09/2022. Logo, o prazo para à apresentação do recurso findar-se-á em 07/10/2022.

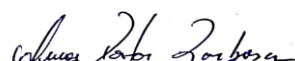
Para que não parem dúvidas, faz-se oportuno trazer à baila o disposto no art. 110, da Lei Federal 8.666/93, em relação a contagem de prazos, vejamos:

*"Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.*

*Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade."*

Ante o exposto, fica evidente a tempestividade nos termos da legislação vigente, da interposição do presente recurso, cujo prazo final do expediente administrativo é na data de 07/10/2022.

### **IV – DAS RAZÕES**



# PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

Apresentaremos de forma sequencial os apontamentos das irregularidades constantes nos documentos de habilitação das empresas **PCK CONSTRUTORA LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.952.501/0001-73, e **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.454.801/0001-60, que claramente comprovam suas respectivas **INABILITAÇÕES**, haja vista o descumprimento das exigências editalícias e preceitos contidos na legislação em vigor.

Bem. Após detida análise nos documentos da habilitação das empresas sobreditas, observou-se o descumprimento das regras editalícias que resultam na **INABILITAÇÃO** dos licitantes. Tem-se que todas essas empresas, descumpriram a exigência contida no item 1.15 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, no tocante à Declaração de disponibilidade para início dos serviços, conforme **Anexo VII** devidamente assinada pelo representante legal e **OBRIGATORIAMENTE COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO.** Vejamos o que fora apresentado pelas licitantes, respectivamente, acima mencionadas:



## ANEXO VII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

À Prefeitura Municipal de Divino/MG  
A/C Comissão Permanente de Licitação  
Referência: Tomada de Preços Nº. 005/2022

Prezados Senhores,

A empresa **PCK CONSTRUTORA LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº **23.952.501/0001-73**, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:

Conforme o Anexo I – Projeto Básico:  
Veículos

01 Caminhão Compactador (12m³) – PBT 15T;

01 Caminhão Semipesado – PBT 9T – Carroceria de madeira ou caçamba basculante – 5m³

01 Veículo tipo Fiorino

Equipamentos

06 Lutocar – 100L

Ferramentas conforme planilhas de composição de custo.

Atenciosamente.

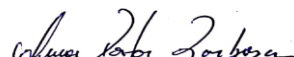
  
PCK CONSTRUTORA LTDA ME  
Kleber Araújo Rocha - Sócio Administrador  
CPF: 062.427.894-85 / RG: MG-18658072  




**PCK CONSTRUTORA LTDA.**

(38) 3014-5953 pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726A – ANDAR 01 – SALA 05 – FUNCIONÁRIOS – MONTES CLAROS – MG – CEP: 38.400-776



# PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

## HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME

CNPJ 22.454.801/0001-60

Rua Gameleira, 340- Centro Confins.

Tel: (31) 3495-5271

Email: [licitacoes@horizontesengenharia.com](mailto:licitacoes@horizontesengenharia.com)

Confins 30 de setembro de 2022.

A SERVIÇO PREFEITURA MUNICIPAL DIVINO

PROCESSO N° 082/2022

TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022

### ANEXO VII DISPONIBILIDADE PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

Prezados Senhores,

A Empresa **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE**, inscrita(o) no CNPJ/CPF sob o nº **22.454.801/0001-60**, por meio de seu representante legal, vem relacionar e declarar, para os fins previstos no edital, os equipamentos disponíveis para a prestação dos serviços objeto da licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório:



22.454.801/0001-60  
HORIZONTES EMPREENDIMENTOS  
EM CONSTRUÇÃO EIRELE  
Rua Gameleira, 340  
Centro - CEP: 35060-000  
CONFINS - MG

CNPJ 22.454.801/0001-60

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE

40

## HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME

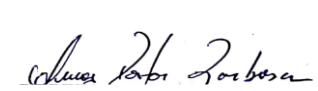
CNPJ 22.454.801/0001-60

Rua Gameleira, 340- Centro Confins.

Tel: (31) 3495-5271

Email: [licitacoes@horizontesengenharia.com](mailto:licitacoes@horizontesengenharia.com)

Confins 30 de setembro de 2022.



# PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

## HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME

CNPJ 22.454.801/0001-60

Rua Gameleira, 340- Centro Confins.

Tel: (31) 3495-5271

Email: [licitacoes@horizontesengenharia.com](mailto:licitacoes@horizontesengenharia.com)

Confins 30 de setembro de 2022.

A SERVIÇO PREFEITURA MUNICIPAL DIVINO

PROCESSO N° 082/2022

TOMADA DE PREÇOS N° 005/2022

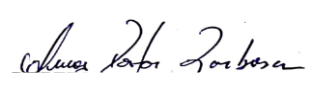
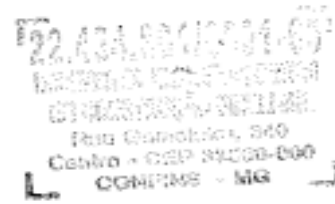
### ANEXO V DECLARAÇÃO DE PESSOAL DISPONÍVEL PARA O SERVIÇO

O HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE, inscrita(o) no CNPJ/CPF sob o nº 22.454.801/0001-60, com sede na Rua GAMELEIRA, nº 340, Bairro CENTRO, na cidade de CONFINS/MG, por meio de seu representante legal, declara para os fins previstos no edital a disponibilidade do pessoal para a prestação dos serviços objeto da presente licitação, consoante as exigências do instrumento convocatório e de conformidade com o quantitativo informado em sua proposta.



CNPJ 22.454.801/0001-60

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE



**HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**  
CNPJ 22.454.801/0001-60  
Rua Gameleira, 340 - Centro/ Confins/MG.  
Tel. 031 3495-5271 E-mail: [licitacoes@horizontesengenharia.com](mailto:licitacoes@horizontesengenharia.com)

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prezados,

A empresa Horizontes Empreendimentos em Construção Eirele -me inscrita sob o CNPJ nº 22.454.801/0001-60, **DECLARA** expressamente que:

- até a presente data, inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- concorda com todos os termos estabelecidos neste Edital.
- que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.  
Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
- que a empresa cumpre as normas de saúde, segurança do trabalho e ambientais;
- que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho;

**HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**  
CNPJ: 22.454.801/0001-60

Assinada por: *[Assinatura]*  
Fernanda M. de Sousa  
Engenheira Civil  
CRA 98809/O-0

**22.454.801/0001-60**  
**HORIZONTES EMPREENDIMENTOS**  
**EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**  
Rua Gameleira, 340  
Centro - CEP 33600-000  
CONFINS - MG

Como bem destaca Fernanda Marinela (MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. Direito Administrativo. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264.), o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação.

*[Assinatura]*



Na percepção de Diógenes Gasparini, o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva.

Temos que o instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei 8.666/98.

Do exposto, Exmo. Sr. Prefeito desta urbe, tem-se que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre licitações e contratos já é bastante elucidativa no que se refere à necessidade de vinculação do certame, conforme Acórdão 1705/2003 Plenário.

Observe-se que o instrumento de contrato se vincula aos termos da licitação, conforme disposto no art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, não podendo acrescentar direitos ou obrigações não previstos no instrumento convocatório.

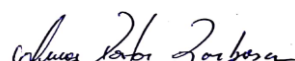
Resta claro que a desclassificação dos licitantes é medida que se impõe, tendo em vista o descumprimento ao Edital, e em atendimento ao princípio da vinculação do instrumento convocatório, logo, sendo que a decisão do r. Pregoeiro e Equipe de Apoio não podendo relaxar, pois, descumpriria as regras previstas no ato convocatório.

Deve-se, pois, interpretar os preceitos do ato convocatório. Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele, os licitantes deveriam verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade. Ora, as licitantes não impugnaram em momento oportuno o edital, logo, aceitando as regras do jogo.

Frisa-se que o Edital, antes da execução contratual, é o derradeiro ato de substancialização da Constituição e das Leis.

Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediram. (MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo**. 1997, p. 249).

Em suma, para que não parem dúvidas acerca do aqui alegado, tem assim entendido nossos r. tribunais. Vejamos:





Tribunal Regional Federal da 4ª Região TRF-4 - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO: APELREEX 534 SC 2009.72.00.000534-2 – 04/11/2009.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. **VINCULAÇÃO AO EDITAL**. DECADÊNCIA.

(...) O item 6.1.4.3 do edital, que trata da qualificação técnica, **não foi impugnado por qualquer das partes na época oportuna**. Apesar disso, esse item não traz nenhum prejuízo para a apelada, pelo contrário, vem amparar sua pretensão, de modo que o reconhecimento da decadência em relação ao mencionado item do edital em nada lhe aproveita. (...)

De igual modo, é o que também assim já se posicionou o r. TCU. Vejamos:

***Acórdão 291/2014 – Plenário – TCU***

*9.3. dar ciência à Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO das seguintes irregularidades e impropriedades ocorridas na Tomada de Preços 05/2013, com vistas a evitá-las em futuros certames licitatórios destinados à contratação de objetos custeados por recursos federais:*

*9.3.1.[...];*

*9.3.2. [...];*

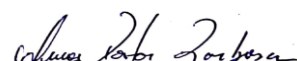
*9.3.3.[...];*

*9.3.4. inabilitação de empresa devido à ausência de reconhecimento de firma, exigência essa que apenas pode ser feita em caso de dúvida da autenticidade da assinatura e com prévia previsão editalícia, conforme entendimento desta Corte, a exemplo do **Acórdão 3.966/2009-2ª Câmara;***

Isto posto, nota-se que as empresas descumpriram as regras editalícias, descumpriram a exigência contida no item 1.15 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, no tocante à Declaração de disponibilidade para início dos serviços, conforme **Anexo VII** que **OBRIGATORIAMENTE deveria estar com FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO.**

**V – DO PEDIDO**

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, com supedâneo na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, este recorrente, requer: o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato que habilitou os licitantes **PCK CONSTRUTORA LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.952.501/0001-73, e



# PORTES & TRANIN LTDA. - EPP

CNPJ: 17.273.742/0001-93

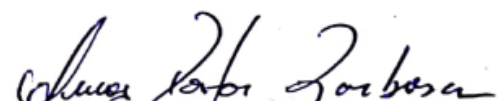
---

**HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.454.801/0001-60, seja retificado, determinando-se **A INABILITAÇÃO DOS LICITANTES PCK CONSTRUTORA LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.952.501/0001-73, e **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.454.801/0001-60.

Por fim, informamos, que na hipótese, ainda que remota, de não revisão da HABILITAÇÃO dos licitantes, esta recorrente não terá outra alternativa, senão recorrer ao r. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como ao Poder Judiciário para satisfação dos seus direitos.

Nestes termos, pede o deferimento.

Divino/MG, 06 de outubro de 2022.



Lucas Portes Barbosa

CPF: 063.455.516-27

PORTES & TRANIN LTDA – EPP

